

# Tramas e urdiduras pretas em Instituto Federal

**Andressa Paula de Oliveira<sup>1</sup>**

**Denise Carla Goldner Coelho<sup>2</sup>**

**Maria Elizabeth Barros de Barros<sup>3</sup>**

**Universidade Federal do Espírito Santo**

**Resumo:** O Brasil, formado pelo escravismo colonial moderno, fundamentou-se na raça para estruturar a sociedade, resultando em tentativas de desqualificação dos negros. Esta pesquisa foca no desafio da mulher negra em um Instituto Federal brasileiro, buscando compreender suas estratégias de resistência e construção de identidade étnica, visando sua plena humanidade. Através da participação no cotidiano da instituição e da troca de cartas com docentes, a mulher negra busca afirmar sua presença e enfrentar a naturalização da violência discursiva. Inspirada nas análises de Roland Barthes sobre a escritura e nos conceitos de Angela Davis sobre interseccionalidade, a escrita de vida revela-se como um meio de contestar discursos dominantes e promover novas formas de subjetividade. A inclusão de teorias de autores negros e negras nas universidades é fundamental para transformá-las em espaços antirracistas e não eurocêntricos, ampliando o conhecimento acadêmico de forma mais diversa e inclusiva.

**Palavras-chave:** mulher; racismo; interseccionalidade; subjetividade; identidade.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE UFES - Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014), graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade UniBF (2019), graduação em Bacharel em história pela Universidade Federal do Espírito Santo (2018) e mestrado em Ensino na Educação Básica pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Atualmente é professora PEB II da Prefeitura Municipal de Vitória.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/2010), Graduada em Psicologia (UFES/1999), Licenciada em Ciências Biológicas (UFES/2018) e Graduada em Pedagogia (Centro Universitário Claretiano/2019). Técnica em Assuntos Educacionais e Orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso de pós-graduações do CEFOR/UFES.

<sup>3</sup> Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975), mestrado em Psicologia Escolar pela Universidade Gama Filho (1980) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Pós doutorado em Saúde Pública com ênfase em Saúde do Trabalhador da Educação (2001), pós doutorado em Saúde Coletiva na Universidade Federal Fluminense (2016) e pós doutorado em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Política Educacional

## Black warps and wefts at the Federal Institute

**Abstract:** Brazil, which was shaped by modern colonial slavery, relied on race to structure society, resulting in attempts to disqualify black people. This research focuses on the challenge faced by black women in a Brazilian federal institution, seeking to understand their strategies of resistance and the construction of their ethnic identity with a view to their full humanity. By participating in the daily life of the institution and exchanging letters with teachers, black women seek to assert their presence and confront the naturalization of discursive violence. Inspired by Roland Barthes's analysis of writing and Angela Davis's concepts of intersectionality, life writing emerges as a means of challenging dominant discourses and promoting new forms of subjectivity. The inclusion of theories by black writers in universities is crucial to transforming them into anti-racist and non-eurocentric spaces that expand academic knowledge in a more diverse and inclusive way.

**keywords:** women; racism; intersectionality; subjectivity; identity.

## Urdimbres y tramas negras en el Instituto Federal

**Resumen:** Brasil, formado por la esclavitud colonial moderna, se basó en la raza para estructurar la sociedad, lo que resultó en intentos de descalificar a las personas negras. Esta investigación se centra en los desafíos que enfrentan las mujeres negras en un instituto federal brasileño, buscando comprender sus estrategias de resistencia y la construcción de su identidad étnica, con miras a su plena humanidad. Mediante la participación en la vida cotidiana de la institución y el intercambio de cartas con los profesores, las mujeres negras tratan de afirmar su presencia y hacer frente a la naturalización de la violencia discursiva. Inspirada en los análisis de Roland Barthes sobre la escritura y en los conceptos de interseccionalidad de Angela Davis, la escritura de la vida se revela como un medio para desafiar los discursos dominantes y promover nuevas formas de subjetividad. La inclusión de teorías de autores negros en las universidades es fundamental para transformarlas en espacios antirracistas y no eurocéntricos, ampliando el conocimiento académico de forma más accesible al público en general.

**Palabras clave:** mujeres; racismo; interseccionalidad; subjetividad; identidad.

**A**o longo de aproximadamente cinco séculos, nosso território brasileiro tem sido constituído por meio do escravismo colonial moderno. Os sujeitos escravizados tiveram seus traços fenotípicos, sua cultura, sua linguagem, modo de ser e viver marcados como inferiores (MUNANGA, 2014), o que não significou se entregarem ao sistema opressor – a resistência étnica e as rebeliões foram estratégias de luta dos negros. Destarte, a raça se tornou base para nivelamento, definição do lugar e distribuição de indivíduos na estrutura de classe brasileira (SOUZA, 1983). Tal quadro, que se desenha como racismo estrutural, emerge no processo histórico de escravização e na ideologia do branqueamento dos povos escravizados, ocasionando em tentativas de desqualificar os negros de forma brutal e violenta. Nesta pesquisa, assumimos uma direção de interseccionalidade focando a mulher negra, visto que, nossa sociedade é forjada pela via da ação combinada de opressões diversas, um imbricamento das dimensões racial, social e da *categoria mulher*.

Por outro lado, determinados Movimentos Feministas expressam frágil efetividade nas situações de dominação e opressão sofridas pelas mulheres negras que estão sujeitas a transitarem em diversos espaços para onde convergem as definições de racismo, classe e gênero (CRENSHAW, 2002). Nessa conjuntura, em uma sociedade que rejeita e apaga suas origens, invisibilizando mentes e corpos que a construíram numa história embranquecida na base da violência, tornar-se negra é contraponto à branquitude, como assim afirma Souza (1983: 77): “nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra”. Assim, ser negra é ‘tornar-se’, não é condição dada, é tomar consciência desse processo que produz desconhecimento e aprisiona uma imagem alienada na qual se reconhece.

## Objetivos

No âmbito dessas relações naturalizadas vislumbramos possibilidades de não mais negar a negritude refletida no espelho. Nesse sentido, objetivamos tomar a formação da identidade étnica desses sujeitos, em especial, das mulheres, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, ético-metodológica, antissexista e antirracista num compromisso que viabilize produção de subjetividade capaz de confrontar o instituído e os mecanismos de assujeitamento (CARNEIRO, 2005). As participantes trazem nas escritas, nas falas e gestos a força de histórias que antecederam a sua existência e que nela interferem estruturalmente. É preciso ouvir os rancos surdos das batalhas (FOUCAULT, 1984) e, a partir disso, trilhar quais são os desafios que a mulher preta e professora enfrenta num Instituto Federal

(IF) brasileiro e as estratégias de resistência na construção de um posicionamento étnico variado do qual permita uma condição de humanidade na sua plenitude.

Por meio dessa perspectiva, este trabalho se propõe a promover uma discussão acerca dos modos de subjetivação que se recusem às diferentes sobrecodificações subjetivas. O processo histórico brasileiro que indica a realidade da igualdade racial e da ideologia do branqueamento como construção da identidade brasileira (MUNANGA, 2014) não passam de um mito criado para não dar visibilidade ao racismo estrutural. Focar o ordenamento de dominação brasileira que desenha e produz subjetividades impõe-se como importância indiscutível a fim de analisar os impactos específicos que o racismo traz para processos de subjetivação de mulheres negras. Gonzalez (1983) traz questões importantes sobre o funcionamento do racismo na nossa dinâmica sociocultural e dos valores hegemônicos que nos regem, os quais especificamos o apagamento e a marginalização de pessoas negras, a própria sexualização da mulher preta, a violência policial e o encarceramento em massa de homens e jovens negros, além da sobrecarga e exploração de mulheres negras. Tal cenário nos oferece pistas relevantes para traçarmos uma pesquisa que se afirme antirracista.

Assim, destacamos que este trabalho tem como direção ético-metodológica analisar fatos e processos incluindo o racismo como vetor determinante nos processos de subjetivação, e de maneira análoga, dar visibilidade e enunciar que esse racismo à brasileira produz subjetividades pautadas na branquitude, assim reforçado pela escritora Conceição Evaristo: “É assim que as mulheres, nós mulheres negras, buscamos formas de ser no mundo. De contar o mundo como forma de nos apropriar dele. De nomeá-lo. De nommo, o axé, a palavra que movimenta a existência” (EVARISTO, 2021: 14).

## Referencial teórico

A interseccionalidade nos processos de subjetivação é um conceito importante que nos ajuda a compreender como diferentes identidades e experiências se entrelaçam para moldar a forma como nos vemos e somos vistos no mundo. Conforme destacado por Conceição Evaristo em seu livro *Olhos D'água* (2016), a interseccionalidade é um movimento que não apenas reconhece, mas também, que valoriza e abre caminhos rizomáticos às complexas interações entre raça, gênero, classe e outras categorias sociais em nossas vidas.

Essa abordagem reconhece que as pessoas não são definidas por uma única identidade, mas por uma interseção de várias identidades que se sobrepõem e se influenciam mutuamente. Ao considerar a interseccionalidade nos processos de subjetivação, estamos afirmando que a forma como nos percebemos e nos relacionamos e produzimos mundos é moldada por nossa posição social e identidades múltiplas.

Por conseguinte, a interseccionalidade nos convida a questionar e desafiar as narrativas dominantes que tendem a simplificar as experiências humanas, especialmente, aquelas das pessoas marginalizadas e minoritárias. Ela nos incentiva a reconhecer a diversidade e a complexidade das experiências individuais e coletivas, e a considerar como as estruturas de poder e as relações sociais moldam a compreensão de nós mesmos e dos outros. Assim, a interseccionalidade nos convida a pensar como as diferentes dimensões de nossa identidade se entrelaçam e se manifestam em nossas vidas diárias.

No Brasil, Carla Akotirene, em seu livro *Interseccionalidade* (2020), destaca como esse tema é central para compreender as experiências das mulheres negras,

que frequentemente, enfrentam discriminação racial e de gênero no ambiente acadêmico e profissional.

Fundamentado nisso, passamo-nos a perguntar quais desafios a mulher preta e professora enfrenta num Instituto Federal brasileiro. Sendo um estabelecimento de ensino, teriam elas ainda que lidar não apenas com o racismo e o sexismo, mas com a discriminação institucional e a falta de representatividade? A invisibilidade de suas histórias e cultura no currículo acadêmico se configura como uma adversidade na realidade dessas mulheres? Além disso, necessitam enfrentar estereótipos e preconceitos que podem afetar a sua credibilidade e progressão na carreira?

É importante reconhecer a interseccionalidade da mulher preta e professora no Instituto Federal aqui abordado para promover equidade e inclusão. Isso envolve não apenas combater o racismo e o sexismo, outrossim, produzir políticas e práticas que afirmem e valorizem diversidade de experiências e perspectivas das mulheres negras nesse contexto.

A interseccionalidade sinaliza que as experiências das mulheres negras não podem ser reduzidas a uma única dimensão de identidade. Ao reconhecer e abordar essas complexidades, podemos criar ambientes mais justos e inclusivos para todas as mulheres, especialmente, aquelas que enfrentam múltiplas formas de opressão e discriminação.

A relação entre o racismo estrutural, como apontado por Silvio de Almeida (2019), e a interseccionalidade da mulher preta é complexa e profunda, refletindo a interconexão de sistemas de opressão que moldam a experiência das mulheres negras no Brasil. O racismo estrutural permeia todas as esferas da sociedade brasileira, criando barreiras sistêmicas para as mulheres pretas em sua busca por igualdade e justiça.

Pensar pela via da interseccionalidade com a mulher preta brasileira é reconhecer que sua experiência é moldada não apenas pelo racismo, bem como, pela interação com outras formas de opressão, como o sexismo e a classe social. Isso significa que as mulheres pretas enfrentam desafios únicos que resultam da interseção dessas diferentes formas de discriminação, exigindo uma abordagem mais ampla e inclusiva para a compreensão de suas vidas e lutas.

Por sua vez, a branquitude representa a normatividade e o privilégio racial na sociedade brasileira que, constantemente, se manifesta de maneira invisível e naturalizada. A interseção da mulher preta com a branquitude evidencia as disparidades de poder e acesso a recursos entre mulheres brancas e pretas, destacando a importância de desafiar e desconstruir a hierarquia racial que perpetua a desigualdade.

O racismo à brasileira, como conceituado por Silvio de Almeida (2019), refere-se à forma particular de racismo que opera no Brasil, caracterizado pela negação da existência do racismo estrutural e pela ideia de que vivemos em uma "democracia racial". Essa concepção errônea camufla a realidade da discriminação racial no país, dificultando a luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial. Esses elementos ressaltam a intrincada interseccionalidade da mulher preta no contexto brasileiro, sublinhando a urgência de uma abordagem abrangente e comprometida para confrontar o racismo estrutural.



Ter como finalidade investigar processos de produção de subjetividade numa sociedade estruturada a partir do machismo e racismo implica uma proposta metodológica que busque alcançar os objetivos aqui almejados por meio de procedimentos que desafiem direções positivistas e cientificistas. Os processos de produção da realidade-subjetividade se expressam de múltiplas maneiras e exigem sistematizações abertas ao movimento do viver, isto é, métodos que possam acompanhar o processo das pesquisas em seu campo de atuação.

Pesquisar o espaço acadêmico com mulheres negras é colocar em discussão uma série de desafios que expressam dinâmicas sociais, políticas e culturais em curso nesses ambientes laborais. Para problematizar o vivido, recorreremos às análises de Roland Barthes sobre a escritura e aos escritos de Angela Davis sobre a interseccionalidade de raça, gênero e classe.

Em sua obra *O Prazer do Texto*, Barthes (2015) propõe uma abordagem da escritura que vai além da mera transmissão de informações. O crítico destaca a importância do texto como um espaço de criação e expressão de subjetividade, onde o leitor e o autor estão em constante diálogo. Nesse sentido, a escritura pode ser vista como um ato de resistência e afirmação de espaço político, que desafia as narrativas dominantes e busca reivindicar lugar no discurso acadêmico.

Angela Davis (2016), na obra "Mulheres, Raça e Classe", analisa as interseções entre esses três pilares na experiência das mulheres negras. A filósofa enfatiza como as mulheres negras são frequentemente marginalizadas e invisibilizadas nos debates acadêmicos e como enfrentam múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

Ao considerarmos essas perspectivas, podemos compreender o espaço acadêmico como um campo de batalha em que, uma das lutas femininas, é pela dignidade, pelo reconhecimento intelectual e sua existência para além de preconceitos raciais e de gênero. Através da escritura, da recusa dos valores instituídos e da produção de conhecimento, mulheres reivindicam seu espaço, sua voz e sua agência, desafiando as estruturas de poder que as subjagam e insistem em medir pela cor e gênero.

Em síntese, a escritura a partir de Roland Barthes e a análise de Angela Davis nos provoca a pensarmos à importância de conhecer e valorizar as experiências dessas mulheres, tal como, a necessidade de transformar o espaço acadêmico em um ambiente mais inclusivo e diversificado.

Assim, a proposta metodológica que percorremos implica nos movermos entre questões disparadoras, em particular, quais caminhos idealizar para estudar processos de constituição de sujeitos marcados pelo racismo? Como acompanhar esses movimentos constitutivos de sujeitos, além de apreender estruturas e estados de coisas? Nesse ínterim, as indicações da pesquisa etnográfica (SOUZA, 2015) oferecem expressivas orientações no que se refere a execução de nosso objetivo. Realizamos uma pesquisa que tenciona o campo das perspectivas representacionais, ao passo que eleva o engendramento daquilo que projetamos conhecer, de maneira mais precisa, os percursos de produção de subjetividade em uma sociedade machista e racista, ou ainda, contribuir para processos de produção de enfrentamento dessa situação por meio de uma pragmática que vislumbra experimentação como aposta e atitude. O projeto, devidamente submetido e aprovado pela comissão de ética em pesquisa da Instituição, a partir de sua direção ético-política, cria estratégias de investigação constituídas por meio da participação no cotidiano da instituição em pauta.

As cartas foram uma aposta disparadora de escritas de si por parte daquelas que aceitaram a proposta. Para tornar possível essa forma de narrativa da história, optamos pela escritura biografemática, que consiste na produção de uma escritura que não está relacionada à mudança de conteúdo ou estilo de escrita, pelo contrário, trata-se de uma escritura que afeta a forma como tecemos e escrevemos. É uma forma de escapar à redacionalização da vida, da biografia tradicional, fazendo a língua escorrer nas suas inutilidades, nos buracos das narrativas, nos fragmentos desconexos sem prévia significação, no despreendimento de qualquer valor produtivo (BARTHES, 2005b). É nesta sobra da escrita que surgem novas significações, o inusitado, uma ordenação outra que coloca os discursos, o conhecimento em crise.

A pesquisa, na amplitude de sua intenção, tem como objetivo analisar as estratégias de resistência e produção de saúde apresentadas pelos professores do Campus de um Instituto Federal brasileiro. Várias professoras foram convidadas, no entanto, muitas declinaram os nomes por não sentirem força para falar de suas experiências no campus. Igualmente, outras se delongaram a falar, mas não escreveram. Outras, por fim, se corresponderam individualmente através de cartas com uma das pesquisadoras contando suas experiências biografemáticas – como as percepções do vivido, mesmo que pelas pequenas coisas que despertam interesse – como forma de produzir diálogo, intervir e inventar nova vida no campus. Por meio da negação, do diálogo e das cartas, tais mulheres trouxeram em suas narrativas diferentes processos de produção de subjetividade numa sociedade consolidada a partir do machismo e racismo institucional, que exigiram de nós pesquisadoras uma passagem para esta expressão: não estava no centro da pesquisa, foram bordas, foram forças que se insinuaram e tomaram forma-artigo.

De tal maneira, a interseccionalidade nos auxilia a fragmentar as narrativas dominantes esburacando cenas que tentam naturalizar a experiência, deixando à mostra a diversidade e a complexidade da vida no campus; são processos de produção de subjetividade que não possuem dono, nem cor, nem gênero, mas nos atravessam. E a escritura-carta-manuscrita, digitada, filmada, indicada, negada – é a torção-denúncia.

## Resultados e análises

A pesquisa indica efeitos preocupantes do machismo e racismo estrutural e institucional no Brasil. A escrita de vida como estratégia de pesquisa oportuniza evidenciar a violência do discurso, incomodar-se com a naturalização dos mesmos, além de fomentar a emergência de novos-outros modos de subjetivação.

Os institutos federais possuem uma constituição que enuncia o (des)lugar da mulher preta, conforme analisa uma professora no caso do IF em questão:

*O instituto tem um histórico num passado de uma escola técnica federal... Uma escola associada à terra, à terra das fazendas... de algum modo, isso tem interface e reforça a história colonial brasileira. Eu acho que, diferentemente da universidade federal - que vem com uma perspectiva mais plural, até mesmo de construção de conhecimento, para além do que está estabelecido, pois isso é o que move o conceito de universidade - os institutos nascem com uma perspectiva de formação técnica, em alguns momentos muito manual e ao mesmo tempo modelando as mentes e os corpos para determinar os atos e as atitudes. Por mais que os institutos tenham ampliado, tenham se tornado federais e essa perspectiva parece que não existe, ela permanece. Ela permanece nos gestores que tentam, o tempo inteiro, modelar os nossos comportamentos. Eles não permitem a circulação da Liberdade na instituição. [...] o instituto ganhou uma nova roupagem, a partir do governo do Lula: a gente ampliou os Cam-*

*pus, chegou aos interiores, ampliou os conceitos de ensino médio, incluindo a educação básica, e não somente técnico, e, ao mesmo tempo, também tecnológico. Mas, no entanto, o DNA<sup>4</sup> da instituição permanece com as características daquelas escolas agrárias ou, quando não, técnicas e manuais, e de base de engenharia. Não se permite outros olhares, outras roupagens, outros comportamentos dentro dessas instituições. (Participante da Pesquisa)*

Criadas no início do período republicano no Brasil, as Escolas de Aprendizes Artífices – hoje, Institutos Federais - trazem em sua história o objetivo social de afastar os filhos dos desfavorecidos da fortuna “da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL, 1909). Nos primórdios da república, quem seriam estas crianças que permaneciam na “ociosidade ignorante”? Quais seriam os indivíduos desqualificados e os que necessitavam de ofícios artesanais? Quem precisava ter suas mentes e corpos modelados? Qual era o (des)lugar da mulher preta?

Os moldes criados para mentes e corpos na escola, presente já em sua formação, é expressão do fascismo, esta força que nos obriga fazer/dizer de determinada forma (BARTHES, 2002). Ele constitui não só gestores, tal qual, cada um/a que enuncia esta língua. Alguns institutos reverberam falas frequentes no que tange a inserção de estudantes em seu campus, sobretudo, aquelas que direcionam um olhar para a universidade como um espaço dos mais “esclarecidos”, ao passo que, os institutos são entendidos como uma maneira de “denegrir” a capacidade intelectual a nível superior de quem o escolhe na seleção método SISU<sup>5</sup>.

Tais pensamentos ganham força e legitimam o fazer/dizer desses lugares que ocupam, isto porque, ao naturalizarem expressões que são modeladoras socialmente, fecham-se espaços de pluralidade e de liberdade de expressão originando, por fim, no sufocamento dos indivíduos, como reiterado por uma professora:

*O que eu sentia dentro do instituto era um sufocamento. Minha mãe me ligava quando eu chegava do serviço e ela me falava: “Filha, você está parecendo que está com falta de ar. Você está com problema de coração?” Minha mãe sempre falava isso para mim. Todas as vezes que ela falava comigo que eu saía do instituto ou que eu estava no instituto e atendia, ela dizia: “minha filha, está com problema de coração? você está falando sem ar” e eu não percebia. Depois, fazendo análise, eu fui compreendendo isso. (Participante da Pesquisa)*

Assim como em outros espaços, a vida no instituto pode ser sufocada de muitas formas, dentre elas, a falta de espaço de fala e de decisões trabalhistas, a desqualificação por raça e gênero, pela formação e, ainda, pelo autoritarismo, situações estas que são utilizadas para impor uma lógica hegemônica tomada como óbvia e inquestionável. O óbvio, como nos indica Roland Barthes (1990) sempre vem facilmente ao nosso encontro e se apresenta como natural ao espírito. Uma leitura obtusa desses discursos perturba, é descontínua, e abre suas asas fora da informação, é indiferente às categorias morais, ao trivial, o obtuso ultrapassa o óbvio. Nas aulas de matemática aprendemos que o ângulo obtuso é maior que o reto. As cartas e a vivência no campus, estratégias privilegiadas na pesquisa, produziram fraturas nesta lógica, convocando criação, afirmação de vida na sua dimensão imprevisível e criadora de novidade.

<sup>4</sup> O DNA (Ácido Desoxirribonucleico) é uma molécula presente no núcleo das células de todos os seres vivos e que carrega toda a informação genética de um organismo.

<sup>5</sup> O SISU é um sistema eletrônico gerido pelo Ministério da Educação (MEC) em que instituições públicas de ensino superior oferecem vagas em cursos de graduação para participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).



Por vezes, as mulheres são barradas a tal ponto de não se sentirem pertencentes ao grupo. Muitas são as narrativas que evidenciam esse tipo de comportamento e podem ser encontradas naturalmente no âmbito machista dos institutos federais, como as grafadas abaixo:

*Quando eu entrei aqui, eu era a única mulher, professora, do curso de engenharia. Nas reuniões da coordenação, quando eu falava, ninguém parava para me ouvir, conversavam entre si e me ignoravam. Às vezes, um professor emitia a mesma sugestão que eu tinha acabado de falar e me ignoraram, mas como foi um professor que falou, concordavam e o parabenizaram pela ideia. Só começaram a me ouvir, quando me impus. (Participante da Pesquisa)*

*[...] eu sentia, [dentro do instituto], o machismo muito forte, arrasando minha voz como mulher, e isso era, permanentemente, uma luta que eu queria travar. E de tanto eu lutar, lutar, lutar, de tanto querer ter a minha voz, eu sucumbi sufocada e com tentativa de suicídio pós-reuniões naqueles anos. (Participante da Pesquisa)*

À vista disso, como construir estratégias que potencializem a existência feminina em um ambiente que as excluem, anulam e sufocam? Trabalho demanda mobilização física e psíquica daquele/a que efetiva atividade industriosa (SCHWARTZ, 2003), pois os espaços em que vivemos estão em constante variação, exigindo que trabalhadores/as realizem escolhas e antecipem tarefas, improvisem sempre que necessário, e tomem decisões que estão além do prescrito para a execução de alguma atividade, haja vista que, para que a mesma seja cumprida jamais executamos apenas o previsto pelas organizações de trabalho (CLOT, 2006).

Todavia, esse potencial inventivo, capaz de promover conflitos e alimentar controvérsias presentes no cotidiano do trabalho, é próprio do movimento vital; tal perspectiva, portanto, se constitui como importante operador de análise. Ora, coagir o poder inventivo de humanos-trabalhadoras/es, mecanizando seu trabalho e retirando-lhe sua força criadora, produz uma relação de dor e adoecimento no trabalho (CLOT, 2006).

*Dentro da universidade, a gente percebe que, apesar de tudo, da gestão ser pesada, de ter o controle dos corpos, mas ainda se respira uma Liberdade que não é presente dentro dos institutos. Então existe uma contradição. Nós trabalhamos com ensino médio, com graduação, com mestrado, com doutorado [...], mas o tempo inteiro nós temos coordenadores, modelando os nossos saberes, os nossos planos de ensino, nossas formas de orientar num formato manual e técnico, uma coisa meio de engenharia mesmo. E todas as horas que a gente pensa em ter um ar, em respirar com Liberdade, vem uma lei, vem um e-mail, vem um gestor tirando de nós a possibilidade da Liberdade e isso tira de nós a vontade de saúde. Há um adoecimento, há uma baixa circularidade dos pensares e fazeres, que fogem das nossas mãos. (Participante da Pesquisa)*

A partir disso, passamo-nos a questionar se em casos de mulheres pretas em posição de gestão nos institutos tal sufocamento e invisibilização ocorrem da mesma forma, ou se, teríamos por fim, a equidade e inclusão. Como resposta a isso, é notável que a produção de subjetividade gera espaços e indistintos sujeitos, visto que todos nós somos portadores de práticas sociais "modeladoras". A interseccionalidade da mulher preta, especialmente no contexto de ser professora no Instituto Federal, é um tema complexo e fundamental para entender as múltiplas dimensões da identidade e experiência dessas mulheres.

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) argumentam que as mulheres negras enfrentam formas únicas e interconectadas de opressão que resultam da intersecção de raça, gênero e outras categorias sociais. Por vezes, seja no cargo de

reitora, diretora, coordenadora, enunciamos discursos políticos-econômicos-tecnológicos-desejantes que nos constituem e põem em funcionamento formas de enunciar, trabalhar e pensar a organização do trabalho em consonância com o discurso fascista do sexismo e do racismo.

Produzir pesquisas que deem visibilidade a esse estado de coisas se faz urgente. Subjetividades são forjadas como recurso múltiplo de construção e criação de modos de fazer a vida acontecer. Constituída em constante processo, a subjetividade é resultado do entrecruzamento de um plano coletivo, de estratos heterogêneos, de multiplicidade, de provisoriedade, com aspectos singulares da experiência orgânica, perceptiva e afetiva de singularidades que se capturam e transformam (GUATTARI, 1986), enfim, os embates são construtores de realidade.

*Aconteceu numa reunião com todos os professores do campus, no início do semestre. Fomos convocados pela diretoria para discutir a nova distribuição de horários de aula, organizada por um grupo formado pelo diretor do campus assessorado por alguns que compartilhavam de seu entendimento de como deveria ser essa distribuição da carga horária do professor. O auditório estava muito tenso, pois a organização das aulas, para a maioria dos professores, estava péssima e ainda foram comunicados de que a conversa seria para mudar o horário apenas do próximo semestre - no atual não haveria discussão: o horário já estava pronto. O grupo que organizou o horário estava lá, mas a frente do auditório estava apenas a diretora de ensino. Muita discussão, contestação em tons ariscos, até que uma voz corta o auditório: Professora, você, uma mulher negra, está sendo usada por este grupo de homens brancos e autoritários, você não percebe? (Participante da Pesquisa)*

Esse corte, sem dúvida, denuncia usos de um pretense reconhecimento do lugar – homens brancos e com funções hierarquicamente superiores - de destaque para cumprir interesses, muitas vezes, recôndito. No entanto, a voz corta. Esse corte pode ser ignorado, dissecado ou mesmo feito desvio e ter força disruptiva.

Constantemente, encontramos relatos de mulheres que precisam lutar cotidianamente pelos seus espaços, militando, tentando abrir um lugar de igualdade e justiça. Todavia, a militância, segundo Barthes (2005a), também pode ser uma forma de fascismo quando não cria movimentos de liberdade e criação. Tornam-se embates polarizados. Talvez, muito próximo dessa perspectiva, Deleuze (2010) nos diz que é preciso o esgotamento na luta cotidiana. Com frequência, perseguimos causas com definição de objetivos rigidamente formulados, rumos definidos, a priori. Por vezes nos chega o cansaço: ficamos sem forças para continuar a persegui-los.

Outros modos de ação podem surgir a partir do esgotamento. Nesse contexto, aparentemente um momento de passividade frente ao impossível, reviramos os objetivos e rumos e criamos outros possíveis, novas formas de ação que se situam livres das teias do cansaço. O que não quer dizer que a batalha está vencida! A batalha está sempre posta, como a professora e reitora do Instituto Federal de Educação em Goiás, Oneide Cristina Gomes (primeira mulher eleita reitora naquele instituto com mais de 100 anos de história), em entrevista ao Sistema Sages<sup>6</sup> denuncia:

*Às vezes estou numa reunião, em que estou só eu de mulher, né, como reitora e estou com os outros participantes que são homens e eles têm que tratar comigo. Quem vai resolver sou eu. Mas eles não me olham. Eles olham para o outro homem. Por exemplo, eu estou com um pró-reitor comigo... eles olham para o pró-reitor, mas eles não me olham. Por que? Porque sou mulher.*

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2k-xucpCuF/>.

Para Ana Clara Gomes<sup>7</sup>, diretora da série “Diaspóricas”, que também foi entrevistada pelo Sistema Sagres é preciso à transgressão como corte na construção de narrativas hegemônicas:

*Nossa equipe editorial é composta basicamente por mulheres negras [...] então a gente vem buscando visibilizar o lado das transgressões com as pessoas negras e não o lado da violência, porque geralmente quando a gente vê pessoas negras na mídia hegemônica às narrativas são sempre construídas por pessoas brancas que nos colocam nesse lugar de subalternizados, são papéis de babá, de bandido, de empregada doméstica, então a gente vem trazer o outro lado da coisa, né? O lado que a gente está aí, transgredindo, né?*

Transgredir vai muito além de defender uma causa. Transgredir é atravessar, romper uma dada lógica, é criar, é ampliar o poder de agir. Na sequência dessa entrevista, o entrevistador – um homem – ao ouvir Ana Clara falar de transgressão, prontamente sugere a palavra protagonismo. Como ser protagonista quando o outro diz em seu lugar? Quando lhe impõe na boca as palavras? O que significa entrevistar uma mulher negra e lhe tirar o direito de transgredir, coagindo-lhe paradoxalmente o protagonismo?

Para Merengue (2013), ser protagonista vai muito além da superfície estrelada pelas celebridades, onde o mocinho sempre vence o bandido. Segundo o autor,

*Trata-se de uma luta agônica, peleja de vida e morte. Dessa luta espera-se mais vida, mas as marcas no corpo, a produção de sentimentos de todo tipo são inevitáveis. [...] O protagonista, na tragédia grega, como sabemos, é um perdedor. E é nisso que realizará um enorme aprendizado da vida. (MERENGUE, 2013: 128)*

Ser mulher preta protagonista nas tramas e urdiduras do IF, é ser operadora da ordem, é criar, é resistir. Na peleja, na construção de possíveis, experimenta a liberdade onde se conjuga as relações de poder, agindo em sua atividade, construindo mais vida. É necessário realizar torções nas tramas e urdiduras, é preciso compor com fragmentos: movimentos de criação que os trabalhadores fazem no e do trabalho.

## Considerações finais

No cenário intelectual contemporâneo, as vozes das pensadoras negras ressoam com uma força inegável, desafiando paradigmas estabelecidos e enriquecendo o discurso acadêmico com perspectivas únicas e essenciais. A feminista bell hooks (1995) destaca a importância vital dessas vozes em seu trabalho seminal “Intelectuais Negras: Ensaio Sobre a Política da Linguagem Literária”.

As pesquisadoras negras desempenham um papel crucial na desconstrução de narrativas dominantes que perpetuam estereótipos e marginalizam as experiências da comunidade negra. Ao trazer à tona suas próprias experiências e conhecimentos acumulados, elas desafiam a hegemonia do discurso acadêmico e abrem caminho para uma compreensão mais completa e inclusiva da história e da cultura negra.

Hooks (2019a) argumenta que as intelectuais negras oferecem uma visão crítica e transformadora que transcende as limitações de uma perspectiva monocultural. Elas não apenas contestam as estruturas de poder existentes, como propõem alternativas e soluções que promovem a justiça social e a igualdade. Ao integrar suas experiências pessoais com análises teóricas rigorosas, tais mulheres

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2-odSVJlXG/>.

enriquecem o diálogo acadêmico com uma profundidade e complexidade incomparáveis.

Além disso, as mesmas desempenham um papel fundamental na construção de diferentes comunidades e disciplinas. Seus trabalhos multidisciplinares ultrapassam fronteiras e proporcionam uma abordagem interseccional que reconhece a interconexão entre raça, gênero, classe e outras formas de opressão desafiando as estruturas de poder existentes e inspirando-nos a lutar por um futuro mais justo e igualitário. Essa abordagem não só enriquece o conhecimento acadêmico e, de forma análoga, fortalece os movimentos sociais em busca da justiça e da igualdade.

No entanto, apesar de sua contribuição inestimável, as intelectuais negras continuamente enfrentam obstáculos significativos no espaço acadêmico, desde o preconceito institucional até a falta de reconhecimento de seu trabalho. A autora bell hooks ressalta a importância de legitimar e valorizar suas contribuições, não apenas como um ato de justiça, mas também, como uma necessidade para a transformação genuína do conhecimento e da sociedade.

Em um mundo onde as estruturas acadêmicas reproduzem padrões de dominação e marginalização, a necessidade de transformar as universidades em espaços verdadeiramente inclusivos e antirracistas torna-se imperativa. As discussões apresentadas neste artigo nos levam a considerar a importância de investir em referenciais teóricos de autoras/autores negras/negros como estratégia de torção de uma universidade predominantemente branca que seja de fato antirracista e não eurocêntrica.

O legado intelectual de figuras como Frantz Fanon (1979), bell hooks (1995, 2019a, 2019b), Angela Davis (2016) e Stuart Hall (2006) é fundamental para desafiar a hegemonia eurocêntrica que ainda permeia em muitas instituições acadêmicas. Fanon (1979), em sua obra profícua *Os Condenados da Terra*, nos alerta sobre as armadilhas do colonialismo e da colonialidade do saber, destacando a importância de romper com a lógica opressora que perpetua a marginalização das vozes negras e não brancas.

bell hooks (2019b), negra e teórica cultural, argumenta que “a representação, mesmo quando é negativa, é melhor do que a invisibilidade”. Nesse viés, investir em referenciais teóricos negros não apenas reconhece a contribuição intelectual desses pensadores e, igualmente, desafia a invisibilidade sistêmica imposta às suas obras em muitos contextos acadêmicos.

Angela Davis (2016), ativista e acadêmica, destaca a interseccionalidade como um conceito crucial para entender as múltiplas formas de opressão que afetam as pessoas negras, especialmente, as mulheres. Ao integrar abordagens interseccionais em nossos estudos e práticas, estamos reconhecendo e valorizando as experiências complexas e diversas das comunidades negras.

Stuart Hall (2006), teórico cultural jamaicano-britânico, nos lembra que as identidades são construídas em contextos sociais e históricos específicos. Portanto, ao adotar uma perspectiva crítica e contextualizada, podemos desafiar as narrativas dominantes e promover uma compreensão mais profunda das relações de poder e privilégio que moldam nossas instituições acadêmicas.

Para concluir, ao reconhecer e valorizar as contribuições intelectuais de pensadores negros estamos trabalhando para construir um conhecimento mais diverso, crítico e inclusivo que reflita verdadeiramente a complexidade e a riqueza das experiências.

Recebido em 24 de fevereiro de 2024.  
Aceito em 8 de agosto de 2024.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios sobre fotografia, cinema, pintura, teatro e música*. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2002.
- BARTHES, Roland. *Inéditos - Vol. 4 - Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- BARTHES, Roland. *Sade, Fourier, Loyola*. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. *Sobre o Teatro: Um manifesto de menos; O esgotado*. Tradução de Fátima Saadi, Ovídio de Abreu e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.



FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FOUCAULT, Michel. « Sujet et pouvoir ». In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert (orgs.). *Michel Foucault: Un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984. pp. 297-321.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura Brasileira”. In: SILVA, Luiz Antônio. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília/DF: Anpocs, 1983. pp. 223-244.

GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hooks, bell. Intelectuais negras. Tradução de Marcos Santarrita. *Revista Estudos Feministas*, 3(2): 464-78, 1995.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019b.

MERENGUÉ, Devanir. Literatura da recusa: Protagonismo e resistência. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1): 127-140, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SCHWARTZ, Y. Travail et gestion: niveaux, critères, instances. *Revue Performances Humaines et Technique*, hors-série: 10-20, 2003.

SOUZA, Maurício Rodrigues de. Psicologia social e etnografia: histórico e possibilidades de contato. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35 (2): 389-405, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.